



## **Formações e Análises Discursivas: as contribuições de Foucault e da Análise de Discurso para a interpretação do acontecimento midiático<sup>1</sup>**

André Bonsanto DIAS<sup>2</sup>

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

### **Resumo**

Este trabalho procura enumerar algumas reflexões metodológicas para trabalharmos com a questão do acontecimento e do discurso midiático inscritos em uma problemática da temporalidade. Desta forma, as discussões serão pautadas nos conceitos de formação discursiva em Foucault e na Análise de Discurso - em especial, de linha francesa – que procuram trabalhar os conceitos de interdiscurso e memória discursiva. Procuraremos evidenciar assim que o acontecimento midiático precisa ser trabalhado sob uma perspectiva particular, ao dialogar com a questão do tempo e da memória.

**Palavras-chave:** acontecimento; discurso; tempo; memória.

O presente texto tem como principal finalidade elencar algumas vertentes metodológicas que poderão ser aplicadas em uma pesquisa que procure refletir sobre a questão da memória e da história, presentes na constituição do acontecimento e do discurso, a partir da narrativa midiática. Desta forma, procuraremos trabalhar com uma metodologia pautada na questão dos “usos” do passado no discurso da mídia, dialogando com os conceitos de formação discursiva em Foucault e instrumentalizando-o à Análise de Discurso e às noções da memória discursiva e interdiscurso. Objetivamos assim compreender como tratar o discurso midiático em uma situação que envolve a questão da memória em uma narrativa particular. Esta preocupação partiu da pesquisa que estamos desenvolvendo<sup>3</sup> e que procurará compreender como o jornal *Folha de S. Paulo* vêm a lembrar e “rememorar” o acontecimento “golpe de 64” em suas páginas, desde 1964 até 2009, com o caso da “ditabranda” que fez ressurgir as discussões sobre o papel do periódico durante o período do regime militar vigente em nosso país.<sup>4</sup> Trabalharemos com uma massa documental constituída por mais de 40 anos de textos e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no D8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 26 a 28 de maio de 2011.

<sup>2</sup> Mestrando do Curso de Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Paraná - UFPR, email: andrebonsanto@hotmail.com

<sup>3</sup> Dissertação de mestrado em Comunicação que será defendida em 2011 na Universidade Federal do Paraná, sob o título, ainda provisório, de “Mídia e memória: o caso “ditabranda” e as memórias do regime militar no Brasil sob a ótica da *Folha de S. Paulo*.”

<sup>4</sup> O caso “ditabranda” surgiu em fevereiro de 2009, quando a *Folha* afirmou em editorial que o período de regime militar vigente entre 1964 e 1985 em nosso país foi “brando”, se comparado a outros da América Latina. O editorial causou uma série de protestos por parte de seus leitores e críticos. Para mais sobre o caso, consultar DIAS (2010)



artigos da imprensa que nos fez pensar em metodologias próprias que procurem dialogar com a questão da memória na mídia, problematizando a questão do discurso jornalístico em uma temporalidade particular.

Partimos do pressuposto de que o discurso jornalístico se inscreve e produz sentido a partir de uma temporalidade que lhe é própria. A memória, legitimada na e pela mídia impõe uma nova “temporalização” que se dá e se constrói na constante “presentificação” do acontecimento do passado. Ao produzir seu discurso, atualiza constantemente este passado a partir de um “enquadramento” próprio do presente. Nossa problemática central – a ser discutida na dissertação - será perceber como se constituiu a memória social do regime militar no Brasil, propagada nos discursos do jornal *Folha de S. Paulo*. Desta forma, o presente texto busca trilhar alguns caminhos, possíveis orientações para o trabalho de uma pesquisa empírica de peso, que consiga dar conta de uma análise inscrita na história do periódico em questão.

### **Usos do passado: a questão do tempo na análise do discurso midiático.**

Os acontecimentos produzidos pelos profissionais de mídia pontuam estritamente uma relação com o tempo, sendo que sua inscrição está cada vez mais intrínseca ao discurso midiático. Mas qual é o sentido de tempo produzido, afinal, por esse discurso?

O acontecimento narrado pela mídia se entrecruza em um discurso pautado pela questão do tempo na medida em que precisa legitimar um acontecimento presente, fazendo, constantemente, “usos” do passado para garantir inteligibilidade aos fatos. De acordo com a pesquisadora Marialva Barbosa (2008) os textos produzidos pela mídia evidenciam um novo sentido temporal que emergem da dimensão narrativa. “Um tempo atual, incessante e permanentemente atualizado aparece com destaque ao lado da constante evocação do passado.” (BARBOSA, 2008, p. 83) Há neste sentido um paradoxo colocado pela percepção inicial de que a mídia instaura um “presentismo” no acontecimento. Para legitimar um presente contínuo, o discurso do acontecimento utiliza-se, ao mesmo tempo, de rastros e vestígios do passado que fornece assim um contraponto à necessidade constante de uma inserção na atualidade presenciada no mundo.<sup>5</sup> A questão da memória entra aqui em cena, pois, ao se utilizar de rastros e fazer

---

<sup>5</sup> “Que tipo de usos do passado os meios de comunicação produzem? Por que essas narrativas inserem o passado no presente em reatualizações permanentes?” Essas indagações colocadas por Barbosa são importantes para pensarmos



“usos” de um passado, a mídia sempre torna algo esquecido e/ou lembrado em seu discurso, questão esta que não podemos nunca negligenciar.

Em um mundo marcado pela aceleração do tempo, pautado por discursos que comprimem o futuro em um constante presente, o passado acaba por adquirir uma significação particular. Devemos pensar aqui como o discurso midiático se instaura nesta temporalidade particular. Trabalhar o discurso em seu tempo é procurar evidenciar suas formações, sua inscrição nas narrativas do cotidiano.

### **Arqueologia das formações discursivas em Michel Foucault.**

Em uma descrição arqueológica do discurso, Foucault procura desvendar regularidades que evidenciam suas formações. A preocupação do autor, que escreve a obra em fins da década de 1960, em um momento em que parecia haver certa “descontinuidade” do acontecimento na historiografia, é a de “destrinchar” a ideia de história que procurava, naquele momento, especificar diferentes conceitos que pudessem permitir uma avaliação da ruptura, da mutação e das transformações desses acontecimentos. Esta preocupação do autor submete-o a novas formulações teóricas ao procurar estabelecer uma análise das formações discursivas na história que, a princípio, deveria ser desligada da noção de continuidade do discurso, renunciando assim dois temas que estão interligados: O primeiro afirma que jamais será possível, na ordem do discurso, analisar a formação de um acontecimento verdadeiro, pois este possui sempre uma origem secreta que está além de seu começo e que nunca poderemos nos apoderar. O segundo tema afirma que todo discurso se repousa sobre um já-dito que seria, na verdade, um texto, uma frase já pronunciada, mas ao mesmo tempo um “jamais-dito” que se torna um vazio de seu próprio rastro. Esses termos garantem, acredita Foucault, a continuidade infinita do discurso que se reconduz sempre por uma ausência e que o transforma em sínteses acabadas. É preciso, pois, entender cada momento do discurso como uma incursão de acontecimentos em uma dispersão temporal que o permite “ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado, até nos menores traços. [...] Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença de origem; é preciso tratá-lo no jogo de

---

qual “passado” é instaurado no discurso midiático. Para a autora, este passado, como uma expressão de historicidade própria de nossa época “[...] deve ser apresentado como *o passado*, marcado por uma temporalidade finita, demarcada pela atualidade, e como algo que se caracteriza pela invariabilidade. Só há um passado verdadeiro e é este que deve ser representado. Há, pois, um único passado: tudo aquilo que se distingue do presente como algo absoluto.” (BARBOSA, 2008, p. 89)



sua instância.” (FOUCAULT, 2010a, p. 28) Desta forma, o autor acredita que não está isolando, fechando o acontecimento discursivo em si mesmo. Pelo contrário, sua busca é para torná-lo livre, descrevendo assim seus jogos e relações.<sup>6</sup>

Foucault acredita que o enunciado é quem garante a singularidade do acontecimento e que, portanto, ele se torna único assim como todo acontecimento. Em sua “descontinuidade” ele está sempre aberto à repetição, à transformação e à reativação “porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o procedem e o seguem.” (FOUCAULT, 2010a, p. 32)

Os enunciados, por mais diferentes que sejam em sua forma, e por mais dispersos que estejam no tempo, formam um conjunto quando estão relacionando a um mesmo objeto. Desta forma, Foucault procura estabelecer regras de formação discursivas que procurem definir como um conjunto de enunciados descreve a dispersão desses objetos, detectando assim uma regularidade em seu aparecimento sucessivo e em suas correlações: “consistiria em descrever a dispersão desses objetos, apreender todos os interstícios que os separam, medir as distancias que reinam entre eles – em outras palavras, formular sua lei de repartição.” (FOUCAULT, 2010a, p. 37). A formação discursiva proposta por Foucault consiste, portanto, nesta descrição entre enunciados em seu “semelhante sistema de dispersão”. Ou seja, as formações aparecem quando se pode definir uma regularidade (e também uma ordem, uma correlação, uma transformação) entre esses enunciados, que garantem “condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva.” (FOUCAULT, 2010a, p. 43)

A partir do momento em que Foucault procura estabelecer regras de formações discursivas, há uma preocupação em se demarcar as “superfícies de emergência” desse discurso, mostrando assim onde podem eles surgir (não são as mesmas em diferentes sociedade e épocas). Define-se então aquilo de que fala, faz aparecer, torna-o nomeável e discutível, pois uma formação discursiva só se define a partir do momento em que se puder estabelecer um conjunto semelhante de enunciações, encontrando um lugar e uma

---

<sup>6</sup> É célebre a fala de Foucault em sua aula inaugural no Collège de France em 1970, reproduzida na obra *A ordem do discurso* “Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível.” (FOUCAULT, 2010b, p. 05-06)



lei de aparecimento. Por isso devemos levar em conta certo número de observações: a) “Não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época”, é preciso considerar as condições históricas para o aparecimento de um objeto discursivo que o garantem “dizer alguma coisa” e se relacionar com outros objetos; b) as relações não são internas ao objeto, apenas o permitem aparecer, pois se estabelecem entre instituições, e processos sócio-econômicos; c) essas relações também não são exteriores, elas estão de certa forma, no limite do discurso. Procura-se assim um conjunto de regras que possam evidenciar as condições de aparecimento histórico desses objetos discursivos, tratando os discursos não mais

como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os tornam irreduzíveis à língua e ao ato de fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2010a, p. 55)

Desfazem-se as relações entre as “palavras” e as “coisas”, pois, nesta perspectiva o discurso não atuaria como uma ponte de contato entre a realidade e a língua. Foucault evidencia assim um conjunto de regras próprias da prática discursiva que formulam as modalidades enunciativas: quem fala? Qual é o *status* dos indivíduos que têm o direito de proferir o discurso? Quais os lugares institucionais de onde se obtém o discurso? Essas posições definem o sujeito “pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos.” (FOUCAULT, 2010a, p. 58)<sup>7</sup> Portanto, o que garante uma formação discursiva é a forma pela qual esses diferentes elementos se relacionam e que regem o enunciado de um texto. A formação discursiva não deve ser encarada como algo que “pare” o tempo, pois ela determina uma regularidade própria entre os processos temporais, articulando, “entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos.

---

<sup>7</sup> A formulação das “estratégias” discursivas nos é aqui também fundamental, na medida em que procuram dar lugar à “organização” de conceitos nos discursos, determinando seus possíveis pontos de “decifração”. Ou seja, qual o papel do discurso em sua relação com discursos contemporâneos e vizinhos? É fundamental aqui analisarmos estas relações de analogias e complementaridades entre outros discursos. Na análise de Foucault devemos considerar sempre duas premissas para a formação discursiva: as “formas de coexistência”, que delineiam um campo de presença, e que consideram “todos os enunciados já formulados em alguma outra parte e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, e também os que são certificados, discutidos e julgados, assim como os que são rejeitados ou excluídos.” (FOUCAULT, 2010a, p. 63). E o “campo enunciativo”, que se dá pelo domínio da memória, ao tratar os enunciados “que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica.” (FOUCAULT, 2010a, p. 64)



Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais.” (FOUCAULT, 2010a, p. 83)

Em Foucault há também uma preocupação central com a noção do contexto. Para ele, as frases só se definem a partir de um contexto. Daí vem a função enunciativa do discurso, onde um enunciado é sempre cercado por outros enunciados que precisam ser relacionados a um campo adjacente. O enunciado deve ter, portanto, existência material, ter deixado uma marca, uma memória, ser constituído por uma série de outras formulações, “seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados.” (FOUCAULT, 2010a, p. 11) Há em um enunciado sempre relações com o passado que se abre a um eventual futuro. Não há enunciados “livres” ou “independentes”, eles sempre fazem parte de uma série, desempenhando um papel e uma relação ao meio de outros discursos.

O enunciado não deve então ser tratado como um acontecimento produzido em algum local determinado e que poderia ser sempre lembrado e celebrado de longe. Não há uma forma ideal que se pode sempre atualizar em um discurso.

Demasiado repetível para ser inteiramente solidário com as coordenadas espaço-temporais de seu nascimento (é algo diverso da data e do local de seu aparecimento), demasiado ligado ao que o envolve e o suporta para ser tão livre quanto uma pura forma (é algo diferente de uma lei de construção referente a um conjunto de elementos), ele é dotado de uma certa lentidão modificável, de um peso relativo ao campo em que está colocado, de uma constância que permite utilizações diversas, de uma permanência temporal que não tem a inércia de um simples traço, e que não dorme sobre seu próprio passado. Enquanto uma enunciação pode ser *recomeçada* ou *reevocada*, enquanto uma forma (lingüística ou lógica) pode ser *reatualizada*, o enunciado tem a particularidade de poder ser *repetido*: mas sempre em condições estritas. (FOUCAULT, 2010a, p. 118)

Tocamos na materialidade repetível do enunciado. Ele não é algo como uma coisa dita de forma definitiva, perdida no passado. O enunciado, em sua materialidade, “entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga..” (FOUCAULT, 2010a, p. 118-119). A análise enunciativa se assemelha, desta forma, a uma análise histórica. O discurso, enquanto um conjunto de enunciados que se apoiam em uma mesma formação discursiva, não possui apenas um sentido ou uma verdade, ele possui, acima de tudo, uma história. A formação discursiva



não é portanto uma totalidade, mas sim formada por lacunas, vazios, limites e recortes. Empreender uma história do que foi dito é arrancar, com o auxílio da memória “o discurso passado de sua inércia e reencontrar, num momento, algo de sua vivacidade perdida.” (FOUCAULT, 2010a, p. 139)

A arqueologia proposta por Foucault procura definir, com foi mostrado, não o que se manifesta a partir do discurso, mas como se manifestam os próprios discursos que são regidos por práticas. Desta forma, se definem regras de formação dos enunciados, suas relações, atualizações e apagamentos na história. Não há em Foucault necessariamente uma proposta de disciplina interpretativa do discurso, sua análise procura evidenciar como uma sucessão de acontecimentos pode tornar-se objeto de um discurso, na medida em que ele é registrado, descrito e explicado. A partir dessas novas regras é que podemos descrever e analisar os fenômenos de continuidade, retorno e repetição de um discurso, inscrito no acontecimento.

### **Análise de Discurso: o acontecimento inscrito na memória discursiva.**

Pretendemos deixar claro até aqui qual noção de discurso queremos compreender para, enfim, podermos analisá-lo de forma instrumental. As formações discursivas em Foucault foram essenciais para situarmos a emergência dos enunciados e entendermos como estes se inscrevem no acontecimento. Como vimos, o acontecimento está sempre inscrito a partir de um contexto, ele possui uma história, não “surge” de forma isolada ou atemporal.

A análise discursiva de linha francesa, utilizada em especial por Michel Pêcheux e por adeptos como Eni Orlandi e Maria do Rosário Gregolin, será um instrumento necessário para entendermos como o discurso se instaura a partir da noção do acontecimento e, marcado pela história, possui sempre uma relação com o tempo, com a memória. Se pretendemos analisar o discurso da mídia, que se marca por uma pontualidade temporal e que é instaurado por “rememorações” de um passado no presente, devemos entender como encarar este discurso que é sempre “renovado”, “reefetado” e que, portanto, possuía uma memória, uma marca na história.

A tradição francesa da Análise de Discurso procura considerar o discurso, entrecruzado na noção do acontecimento e da estrutura em uma tensão entre a descrição e a interpretação. Há desta forma, como alerta Michel Pêcheux (2002), maneiras específicas de trabalhar sobre as materialidades discursivas que exigem certo número de



exigências: “dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas”, descrição que difere da hermenêutica, pois a análise do discurso não pretende tornar o ato de “descrever” indiscernível do “interpretar.” A descrição está exposta à língua, pois todo enunciado está condicionado a tornar-se outro, deslocando seu sentido, tornando o enunciado linguisticamente descritível como se fosse uma série, oferecendo assim seu lugar à interpretação. Há nesse ponto uma ligação entre os discursos que abrem uma possibilidade de interpretação, “é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes.” (PÊCHEUX, 2002, p. 54) <sup>8</sup> Ligado em redes de memórias, os enunciados discursivos podem remeter ao mesmo fato, mas não constroem as mesmas significações ao longo do tempo. Analisar o confronto discursivo sobre a denominação do acontecimento é, portanto, entender o acontecimento no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória: “em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele evoca e já começa a reorganizar.” (PÊCHEUX, 2002, p. 19)

A questão do “papel da memória” é fundamental nesta concepção da Análise de Discurso que procura analisar como um acontecimento histórico se inscreve na continuidade interna e de coerência de uma memória. A memória, alerta Pêcheux, deve ser vista como uma “estruturação de materialidade discursiva complexa” que se dá sempre entre a repetição e a regularização.<sup>9</sup> Há, portanto, sempre um jogo de forças que se dá sob o choque do acontecimento que impossibilita a memória de ser vista como algo com sentido homogêneo, que se acumula como uma espécie de reservatório. A memória, pelo contrário, deve ser necessariamente “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.” (PÊCHEUX, 1998, p. 56) Dialogando com esta noção da memória discursiva, Pierre Achard (1999) acredita que é a estruturação do discurso que vai constituir a materialidade da memória social.

---

<sup>8</sup> Pêcheux procura determinar, na análise do discurso, um lugar e um momento da interpretação em relação à descrição: “dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível.” (PÊCHEUX, 2002, p. 54)

<sup>9</sup> A regularização discursiva pela memória pode ruir sob um acontecimento discursivo novo, pois este vem sempre a perturbar a memória: “a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento: o acontecimento, no caso, descola e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior.” (PÊCHEUX, 1999, p. 52) Pierre Achard acredita que se situarmos a memória em uma regularização (e não na repetição) do discurso, “ela se situaria em uma oscilação entre o histórico e o lingüístico, na sua suspensão em vista de um jogo de força de fechamento que o ator social ou o analista vem exercer sobre discursos em relação.” (ACHARD, 1999, p. 15-16)



Cada discurso, ao trabalhar com um imaginário a ser memorizado, vai fazer apelo sempre a uma reconstrução discursiva. No entanto, este passado memorizado e “reefetado” pelo discurso, só pode se inscrever a partir do momento em que for enquadrado em um discurso concreto, em um contexto específico sob o qual nos encontramos.<sup>10</sup>

Novamente a questão do contexto é central, na medida em que, como afirmamos, um discurso se instaura sempre na e pela sociedade. A Análise de Discurso de perspectiva francesa trabalha o discurso, a língua, a partir de um sujeito na história que está marcado por uma identidade que o constitui. Assim, Eni Orlandi, acredita que os processos de produção do discurso se constituem a partir de três momentos: em “sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo”; a partir de “sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas” e em “sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições”. (ORLANDI, 2008, p. 09) Esta concepção encara o homem no mundo em sua condição sócio-histórico de significância, o que garante à Análise de Discurso efetuar diferentes leituras de filiação de sentido que, remetendo à memória, mostra que os sentidos nunca estão só nos textos, mas em sua relação com a exterioridade e na condição de sua existência. O analista deverá estar sempre atento a estes “vestígios”, às situações em que são produzidos os discursos em condições determinadas e que, presentes no texto, garantem sua significância. Desta forma, a memória também faz parte do discurso. Entender como e quando ela é “acionada” é estar atento a estas condições de produção (ORLANDI, 2000.)

Como vimos em Foucault, os discursos não falam por si só, estão sempre interligados em formações discursivas próprias que, paradoxalmente, garantem sua unidade, sua descontinuidade, suas rupturas ao longo da história. Desta forma, textos estão sempre relacionados com outros textos, eles se filiam em redes de memória que podem mudar de sentido de acordo com as condições sócio-históricas em que são produzidos. O conceito de formações discursivas, ligado à noção das redes de memória, mostra ser fundamental para encararmos estas questões que, na Análise de Discurso, ganha ainda mais um instrumento essencial: o interdiscurso.

---

<sup>10</sup> Portanto, completa Achard, “o que caracteriza a palavra é sua unidade, sua identidade a si mesma, que permite reconhecê-la em seus diferentes contextos. [...] Cada nova co-ocorrência dessa unidade formal fornece então novos contextos, que vêm contribuir à construção do sentido de que essa unidade é o suporte. Mas para poder atribuir um sentido a essa unidade, é preciso admitir que suas repetições – essas repetições – estão tomadas por uma regularidade.” (ACHARD, 1999, p. 14)



Se levarmos em consideração as condições de produção de um discurso, veremos que ele possui uma circunstância primeira de enunciação (que é seu contexto imediato) e, em sentido mais amplo, sempre se inscreve em condições que incluem um contexto sócio-histórico, onde se filiam as redes de memória. É neste processo das condições de produção do discurso que se instaura a memória discursiva, o interdiscurso: “Algo fala antes, em outro lugar e independentemente.” Todos os sentidos já ditos têm um efeito sobre o que se diz, experiências passadas presentificam o enunciado. O interdiscurso afeta a forma como o sujeito significa seu discurso em uma situação dada. É desta forma que o discurso não diz por si só, pois está intrinsecamente ligado à história. O saber discursivo se constitui ao longo da história, produz dizeres, memórias, que torna possível a um sujeito representar o eixo da constituição de seu dizer: “só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos.” (ORLANDI, 2000, p. 33) A memória discursiva mostra que os discursos são produzidos por relações, ele é heterogêneo, incompleto, descontínuo, se liga a um passado, se projeta a um futuro. O interdiscurso determina, portanto, o discurso da atualidade, na medida em que um discurso é sempre proferido a partir de sua condição de produção. Há um percurso que se faz entre o interdiscurso, a memória discursiva e um texto: “ordem das palavras, repetições, relações de sentidos, paráfrases que diluem a linearidade mostrando que há outros discursos no discurso, que os limites são difusos, passando por mediações, por transformações, relação obrigatória ao imaginário.” (ORLANDI, 2008, p. 110)

A noção do interdiscurso entendida nesta relação entre dizeres, contextos e falas, é fundamental quando a deslocamos para o campo da comunicação. A mídia comumente produz sentido a partir da “reefetuação” de outros textos. Ela constrói sua história a partir de memórias de um passado, que se instauram na produção do acontecimento. Maria do Rosário Gregolin (2003) acredita que as identidades discursivas, produzidas pela mídia, são constantes construções, por isso esta não se dá da mesma forma ao longo do tempo. A aparente instantaneidade da mídia re-significa sentidos que estão enraizados no passado, a partir do momento em que memórias coletivas hegemônicas são recolocadas em circulação nos textos da mídia, permitindo que possamos analisar os movimento de interpretação e as retomadas de sentido que se dão de acordo com determinada situação.



Para interpretarmos discursos produzidos na mídia, devemos, portanto, encarar a noção do interdiscurso. Constituído pela heterogeneidade e por uma memória própria, o interdiscurso na mídia acaba sempre por revelar ou ocultar significados, por isso a grande atenção do pesquisador ao analisar os textos.

Os deslocamentos de sentidos são índices que remetem às formações discursivas e ideológicas que estão subjacentes ao discurso da História interpretada na mídia, por isso a leitura exige a captação da materialidade do signo e sua reinserção no grande texto histórico do momento, que é construído pela sociedade de massa. Devido a esse estatuto icônico e heterogêneo, a construção de sentidos nos textos da mídia devem ser analisados por meio das relações entre um *trajeto temático*, sua *materialidade textual* e os *movimentos de interpretação contemporânea* do histórico. Tal análise pode estabelecer vínculos entre a memória discursiva e a atualização de temas que estão constantemente sendo recolocados nos textos que circulam em um dado momento histórico. (GREGOLIN, 2000, p. 22)

O interdiscurso é marcado pela contradição, por ideias e sentidos que se confrontam a cada momento e que emergem de acordo com situações específicas. O discurso jornalístico é constitutivamente heterogêneo, caracterizando-se pela presença de diferentes pontos de vista que se entrecruzam a todo o momento, mostrando-nos que, “para ler os seus textos é preciso captar a relação que ele estabelece com outros textos, que lhe são anteriores e exteriores, que ele repete e transforma.” (GREGOLIN, 2000, p. 29) Assim, a noção de interdiscurso acaba por fornecer as coordenadas históricas para a interpretação do sentido na mídia, na medida em que é constituído por esse emaranhado de vozes que se materializam em texto. Como afirma Gregolin, há textos que nos retornam incessantemente, são presentificados e acabam por se conservar na memória de uma cultura “pois, como se tivessem inesgotáveis tesouros de sentidos, têm de ser indefinidamente relançados, recomeçados.” (GREGOLIN, 2003b, p. 52) Acreditamos que os discursos produzidos pela mídia possuem estas características, são marcados por uma enunciação que se repete, se opõe e se transforma, pois são instaurados por uma memória discursiva que os fazem emergir em condições específicas a partir de um presente particular. Será este o nosso trajeto de análise, que levará em conta o discurso sempre em sua inscrição na história, na memória e que é instaurado em uma relação temporal, inscrito a partir de uma narrativa própria.



## Referências Bibliográficas.

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre. et al. (Org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre Comunicação e História. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (Orgs.). **Comunicação e história**: interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Mauad X; Globo Universidade, 2008.

DIAS, André Bonsanto. Comunicação Alternativa como Espaço de Novos Lugares de Memória: um estudo do caso Ditabranda. **Revista Alterjor**. USP. Ano 01, vol. 02. jul-dez 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 20.ed. Sao Paulo: Loyola, 2010b.

GREGOLIN, Maria do Rosario V. Recitações de mitos: a História na lente da mídia. In: GREGOLIN, Maria do Rosario V. (Org.). **Filigranas do discurso**: as vozes da história. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

GREGOLIN, Maria do Rosário. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003a.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (org.). **Análise do discurso**: as materialidades do sentido. 2.ed. São Carlos-SP: Claraluz, 2003b.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. et al. (Org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2002.